

Educação em saúde, alimentação e nutrição em escolas da zona rural de um município do sul do Brasil

Karla Pereira Machado

Doutora em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

✉ karlmachadok@gmail.com

Nathalia Brandão Peter

Mestre em Nutrição e Alimentos pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos Universidade Federal de Pelotas, (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Camila Irigonhe Ramos

Doutora em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Docente do curso de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em 20 de março de 2021

Aceito em 27 de setembro de 2022

Resumo:

A infância e adolescência tornam-se um importante período para o desenvolvimento de práticas alimentares adequadas e a escola desempenha um importante papel na constituição dessas práticas, sendo o professor um interlocutor fundamental, pelo maior envolvimento na realidade social e cultural de cada aluno. O objetivo foi avaliar a realização de ações educativas em saúde e em alimentação e nutrição pelos professores da rede municipal das escolas da zona rural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo transversal, constituído por professores da escola rural, do município de Pelotas, Rio Grande do Sul. Foi realizado o escore das ações previstas e realizadas nas escolas, denominando de “integralidade”. A amostra foi de 114 professores. Considerando as ações que faziam parte no projeto pedagógico da escola, 95,0% (n=108) dos professores responderam que as ações educativas de saúde e 94,7% (n=108) alimentação e nutrição estavam previstas. E a realização de ações educativas em saúde pelos professores foi de 67,5% (IC95%: 58,8; 76,3) e de alimentação e nutrição foi de 57,0% (IC95%: 47,8; 66,2). E um pouco mais da metade (52,2%; n=59) dos entrevistados respondeu positivamente aos quatro itens avaliados. É importante melhorar a formação dos professores, por meio da educação permanente, além de contar com o apoio de profissionais qualificados, como nutricionistas, na ampliação e atualização de seus conhecimentos. **Palavras-chave:** Educação em Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Promoção da Saúde; Professores escolares; População Rural.

Health, food and nutrition education in rural schools in a municipality in southern Brazil

Abstract:

In childhood and adolescence it becomes an important period for the development of appropriate nutritional practices and the school plays an important role in the constitution of practical classes, the teacher being a fundamental interlocutor, due to the greater involvement in the social and cultural reality of each student. The objective was to evaluate the performance of educational actions

in health and in food and nutrition by teachers from the municipal network of schools in the rural area of the city of Pelotas, Rio Grande do Sul. This is a cross-sectional study, consisting of teachers from the rural school, in the municipality of Pelotas, Rio Grande do Sul. The score for the actions planned and carried out in schools was called "integrality". The sample consisted of 114 teachers. Considering the years that faziam part of the pedagogical project of the school, 95.0% (n = 108) two teachers answered that the educational actions of health and 94.7% (n = 108) food and nutrition were planned. E to realization of educational actions in teacher hair health was 67.5% (95% CI: 58.8; 76.3) and of food and nutrition was 57.0% (95% CI: 47.8; 66.2). With little more than a goal of (52.2%; n = 59), two interviewees responded positively to the four validated items. It is important to improve the training of teachers, through permanent education, in addition to having the support of qualified professionals, such as nutritionists, in expanding and updating their knowledge.

Keywords: Health Education; Food and Nutrition Education; Health Promotion; School Teachers; Rural Population.

Educación en salud, alimentación y nutrición en escuelas rurales de un municipio del sur de Brasil

Resumen:

La infancia y la adolescencia se convierten en un período importante para el desarrollo de prácticas alimentarias adecuadas y la escuela juega un papel importante en la constitución de estas prácticas, el docente es un interlocutor fundamental, debido a la mayor implicación en la realidad social y cultural de cada alumno. El objetivo fue evaluar el desempeño de las acciones educativas en salud y en alimentación y nutrición por parte de docentes de la red municipal de escuelas en el área rural de la ciudad de Pelotas, Rio Grande do Sul. Este es un estudio transversal, compuesto por maestros de la escuela rural, en el municipio de Pelotas, Rio Grande do Sul. Se llevó a cabo la puntuación de las acciones planificadas y ejecutadas en las escuelas, denominada "integralidad". La muestra estuvo formada por 114 profesores. Considerando como ações que faziam parte no projeto pedagógico da escola, 95,0% (n = 108) dos professores responderam que as ações educativas de saúde e 94,7% (n = 108) alimentação e nutrição estavam previsto. E a realização de ações educativas em saúde pelos professores foi de 67,5% (IC95%: 58,8; 76,3) e de alimentação e nutrição foi de 57,0% (IC95%: 47,8; 66,2). E um pouco mais da metade (52,2%; n = 59) dos entrevistados responderam positivamente aos quatro itens avaliados. Es importante mejorar la formación de los docentes, a través de la educación permanente, además de contar con el apoyo de profesionales calificados, como los nutricionistas, en ampliar y actualizar sus conocimientos.

Palabras clave: Educación en Salud; Educación Alimentaria y Nutricional; Promoción de la Salud; Maestros; Población Rural.

INTRODUÇÃO

A construção de hábitos saudáveis relacionados a alimentação inicia-se na infância, podendo ser consolidado ainda na adolescência, tornando-se um importante período para o desenvolvimento de práticas alimentares adequadas (MADRUGA *et al.*, 2012; MINTZ, 2001). A escola desempenha um importante papel na constituição dessas práticas, sendo caracterizada como um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam um estilo de vida saudável com atividades de promoção da saúde e de alimentação adequada e saudável (AAS) (CARVALHO, 2015; SANTOS *et al.*, 2014).

A preocupação com o espaço escolar capaz de promover hábitos saudáveis está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental brasileiro, que abrange além das disciplinas tradicionais, seis temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo (BRASIL, 2013).

Para auxiliar na estruturação da escola como ambiente promotor da saúde existem programas nacionais que visam o acesso desta na escola e a AAS, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Saúde na Escola (PSE) (ACCIOLY, 2009; BRASIL, 2009a). O PNAE – estabelecido em 1955 – visa contribuir para o desenvolvimento biológico, psicológico e social de todos os estudantes da educação pública, incluindo as filantrópicas e comunitárias do país (BRASIL, 2009b).

Além disso, o PNAE tem como um dos seus eixos a realização de ações de educação alimentar e nutricional (EAN), que devem estimular o aprendizado de escolhas alimentares mais adequadas, contribuindo para a qualidade de vida dos estudantes (SILVA, MONEGO e SOUZA *et al.*, 2018). Já o PSE foi estabelecido pelo Decreto nº 6.286 e instituído em dezembro/2007, tendo uma perspectiva de ampliar as ações específicas de saúde aos alunos da rede pública de ensino (BRASIL, 2009).

Diante disso, observa-se que temáticas da saúde e da educação devem ser trabalhadas pelos profissionais que atuam dentro do ambiente escolar sendo importante que as concepções sobre esses assuntos assumam uma função pedagógica e estejam inseridas transversalmente e integralidade no contexto curricular (ACCIOLY, 2009). No entanto, pesquisas que avaliaram ações de EAN na escola verificaram que são desenvolvidas atividades onde este conteúdo é pouco explorado, apesar dos professores relatarem o incentivo no consumo de frutas, legumes e verduras (SANTOS *et al.*, 2014; BEZERRA, CAPUCHINHO e PINHO, 2015).

Ainda assim, os profissionais possuem muitas vezes o conceito de que os alimentos são apenas nutrientes, desconsiderando todos os demais fatores que envolvem o contexto de vida individual, como por exemplo, condições socioeconômicas, preferências alimentares, acesso a alimentos, entre outros (COUTO *et al.*, 2016). Apesar destes fatores, de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, cabe aos professores a importante tarefa de

mediar, planejar e organizar, atividades que contemplem temáticas sobre saúde e alimentação (SILVA *et al.*, 2018).

Deste modo, se reforça o importante papel do professor, pelo maior envolvimento na realidade social e cultural de cada aluno (CARVALHO, 2015). Dentro da sala de aula, é possível, através de um educador, criar condições favoráveis para a ampliação do conhecimento dos alunos, planejando o conteúdo de forma a envolvê-los com a temática e tornando-a mais atraente e positiva (COUTO *et al.*, 2016) entretanto, sabe-se que faltam informações sobre alimentação saudável na formação desses profissionais.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a realização de ações educativas em saúde e em alimentação e nutrição pelos professores da rede municipal das escolas da zona rural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS).

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, do tipo censo, com dados oriundos de um projeto maior intitulado “Censo Rural da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS”, realizado entre fevereiro de 2015 e abril de 2016. A amostra para o presente estudo foi constituída por professores do município do ensino fundamental da zona rural de Pelotas, RS. A cidade de Pelotas na época da coleta de dados contava com cerca de 330 mil habitantes, sendo aproximadamente 22 mil residentes na zona rural.

As variáveis de desfecho foram investigadas através das questões: “*Você desenvolve alguma ação educativa destinada aos alunos sobre o tema saúde?*”; “*Essas ações educativas sobre o tema saúde estão previstas no projeto pedagógico da(s) escola(s)?*”; “*Você desenvolve alguma ação educativa destinada aos alunos sobre o tema alimentação e nutrição?*”; “*Essas ações educativas sobre o tema alimentação e nutrição estão previstas no projeto pedagógico da(s) escola(s)?*” Com opções de resposta de “*sim*” ou “*não*”.

As variáveis independentes incluídas para caracterizar a amostra avaliada foram: sexo (feminino/masculino), idade (em anos completos), cor da pele (branca/preta, indígena, parda, amarela), situação conjugal (casado (a) ou mora com companheiro (a)/ solteiro(a),

divorciado(a) ou viúvo(a)), renda (em reais), formação (ensino médio/graduação ou faculdade/especialização, mestrado, doutorado), carga horaria (em horas).

A coleta de dados foi realizada por entrevistadoras previamente treinadas. Sendo as entrevistas realizadas na própria escola, através de questionário estruturado com questões pré-codificadas, padronizado e previamente testado. Os questionários foram revisados e duplamente digitados usando o *software* Epi-Data[®]3.1 (Epi Data Association, Dinamarca).

Para a análise dos dados foi utilizado o programa Stata versão[®]14.0 (StataCorp./CollegeStation, Estados Unidos da América). Foram calculadas as frequências absolutas e relativas, além do intervalo de confiança de 95% (IC95%) de todas as questões de desfecho e após foi realizado um escore das ações previstas no plano pedagógico e das ações educativas realizadas nas escolas, denominando-o de “integralidade”.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas sob parecer 950.128/2015. Os princípios éticos foram assegurados, recorrendo-se ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido, assinado pelos entrevistados, assegurando a garantia do direito de não participação na pesquisa e o anonimato dos entrevistados.

RESULTADOS

Foram entrevistados 114 professores, as perdas representaram 45,6% (n=116) e recusas 9,4% (n=24). A amostra foi constituída, predominantemente, por mulheres (88,6%), a média da idade foi de 44,2 anos (DP \pm 10,4) e a média de renda foi de R\$ 3.718,32 (DP \pm 2.799,00). Quanto a formação, 59,3% referiram ter pós-graduação, 38,6% professores trabalhavam em pelo menos duas escolas e a maioria (60,5%) tinha carga horaria de 40h semanais (Tabela 1).

Tabela 1 – Descrição da amostra de acordo com as características dos professores da zona rural de Pelotas/RS, 2015. (N=114)

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	13	11,4
Feminino	101	88,6
Cor da Pele		
Branca	100	87,7
Preta e outras	14	12,3
Situação conjugal		
Casado(a) ou mora com companheiro(a)	85	75,9
Solteiro(a), divorciado(a) ou viúvo(a)	27	24,1
Formação		
Ensino Médio	6	5,3
Graduação ou Faculdade	41	35,9
Pós-graduação	67	58,8
Total	114	100,0

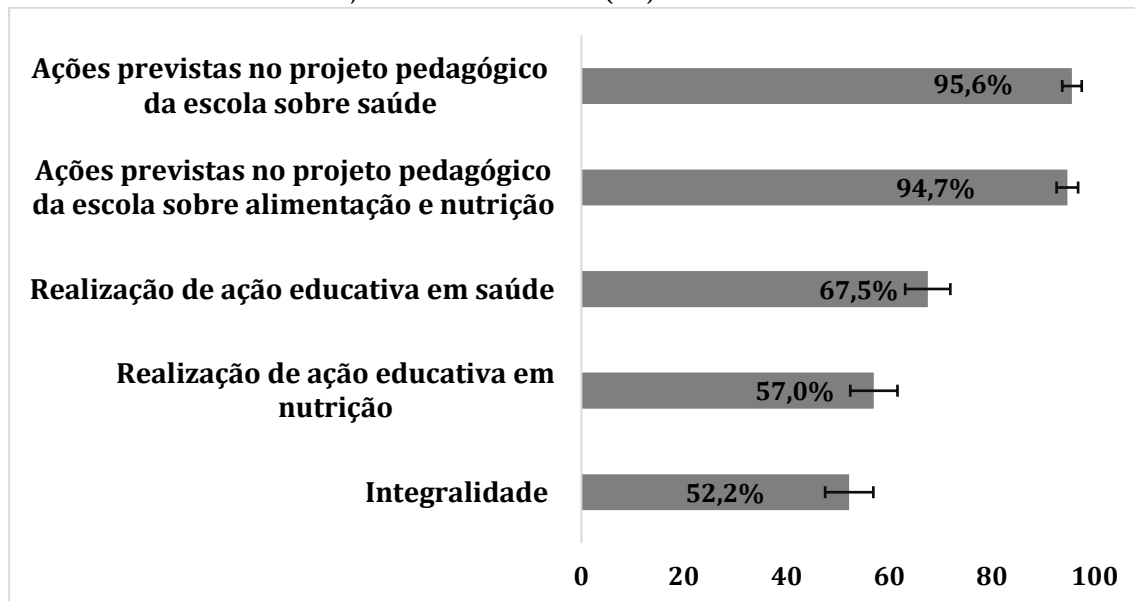
Fonte: Autores.

O percentual de realização das ações educativas em saúde foi de 67,5% (IC95%: 58,8; 76,3) e de ações educativas em alimentação e nutrição foi de 57,0% (IC95%: 47,8; 66,2). Quando questionado aos professores se as ações educativas de saúde e alimentação e nutrição estavam previstas no projeto pedagógico da escola (PPE), 95,0% (n=108) e 94,7% (n=108) respectivamente, responderam que estes faziam parte do PPE.

A Figura 1, mostra o escore de integralidade em ações educativas. Verifica-se que um pouco mais da metade (52,2%; n=59) dos entrevistados respondeu positivamente aos quatro itens avaliados (realização de ações educativas em saúde, realização de ações educativas em

alimentação e nutrição, ações educativas previstas no projeto pedagógico da escola de saúde, ações educativas previstas no projeto pedagógico da escola em alimentação e nutrição).

Figura 1. Integralidade de ações educativas em saúde e em alimentação e nutrição pelos professores da rede municipal das escolas da zona rural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS) em 2015.



Fonte: Autores.

DISCUSSÃO

Os principais achados deste estudo revelaram uma baixa prevalência do desenvolvimento de ações pelos professores junto aos escolares. As ações educativas no âmbito da saúde e da alimentação e nutrição nos projetos pedagógicos das escolas mostra-se não sendo o suficiente para que os professores realizassem efetivamente as ações.

A prevalência de realização de ações educativas em nutrição e alimentação observada no presente estudo (57,0%) é mais baixa que outras investigações realizadas no Brasil (BATISTA, MONDINI e JAIME, 2017; FALKENBAH, DÁVILA e MELLO, 2017; SILVA e GARCIA, 2018). Um estudo em São Paulo, avaliou 21 escolas públicas do Ciclo 1 do Ensino Fundamental aderidas ao PSE e identificou que temas relacionados à alimentação e nutrição foram

contemplados nas atividades curriculares das as escolas avaliadas (n=14) (BATISTA, MONDINI e JAIME, 2017). No entanto essas atividades foram contempladas no Projeto Político Pedagógico (PPP) de apenas 10 escolas e, em sua maioria, os professores e os coordenadores pedagógicos foram os profissionais responsáveis por sua realização.

Porém outra pesquisa em Sapucaia do Sul, RS, com professores da pré-escola ao quinto ano do ensino fundamental (FALKENBAH, DÁVILA e MELLO, 2017) e um estudo no município de Petrolina, PE (SILVA e GARCIA, 2018), com professores do ensino fundamental, mostrou que a ocorrência das ações de nutrição e alimentação variou entre 71% e 92,3%, respectivamente. Contudo, ao avaliar esta discrepância nos resultados deve-se considerar as diferenças metodológicas, como o tipo de delineamento utilizado no estudo, como métodos qualitativos ou quantitativos e o instrumento utilizado para medir o desfecho, além do contexto da população investigada.

A implementação de programas de educação em saúde e nutrição no conteúdo programático, nos diferentes níveis de ensino, juntamente com a criação de um ambiente favorável ao modo de vida saudável, colaboram para a formação de atitudes e valores que levam o escolar a ter autonomia sobre seu comportamento, favorecendo a práticas consideradas adequadas (CASEMIRO; FONSECA e SECCO, 2014; ROCHA e FACINA, 2017). E assim a escola, acaba sendo um ambiente oportuno para estabelecer importantes estratégias para o enfrentamento de problemas alimentares e nutricionais, como por exemplo, a obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, através de um trabalho direcionado, sistematizado, constante e integral (SILVA *et al.*, 2018; CASEMIRO, FONSECA e SECCO, 2014; ROCHA e FACINA, 2017).

Nesse sentido, pressupõe-se que o professor, através da educação em saúde, representa um elo fundamental nesse processo, principalmente, por fazer parte do contexto da escola e da realidade dos escolares, podendo influenciar as percepções, hábitos e escolhas (PRADO *et al.*, 2017). O reconhecimento, por parte dos professores, como agentes promotores de conhecimento e a postura consciente de sua atuação na formação dos hábitos saudáveis das crianças são fundamentais no processo de promoção de saúde e no sucesso destas (BERNARDON, SILVA e CARDOSO, 2009; DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004). É importante verificar as causas que levam os professores ao não desenvolvimento de ações educativas em saúde, alimentação e nutrição. Os principais motivos relatados na literatura

são a falta de conhecimento específico e motivação, incluindo as próprias condições do sistema escolar (ROCHA e FACINA, 2017; JUZWIAK, CASTRO e BATISTA, 2013).

O conhecimento do professor sobre a promoção de saúde é fundamental para a criação dos hábitos saudáveis do escolar, e a falta deste pode ser uma falha da sua formação (CAMOZZI *et al.*, 2015). Pesquisadores (SILVA e GARCIA, 2018) verificaram que 61,5% dos professores não possuíam formação para trabalhar os temas voltados para alimentação e nutrição e identificaram que 94,9% dos professores gostariam de participar e uma formação voltada à temática. Identificando-se a necessidade da implantação de cursos de educação continuada, como forma de ampliar o conhecimento dos professores para que esses possam trabalhar, de forma mais segura os conteúdos relacionados a saúde, alimentação e nutrição (JUZWIAK, CASTRO e BATISTA, 2013; CAMOZZI *et al.*, 2015).

Outra estratégia indicada para solucionar esse problema, é ter um profissional capacitado na área – nutricionista – para auxiliar os professores na promoção de saúde dentro da escola. O profissional nutricionista tem na sua formação as premissas necessárias para a atuação na área de Saúde Coletiva e Educação em Saúde e o professor na perspectiva de facilitador do conhecimento e devidamente formado para tal é a pessoa mais adequada para trabalhar a aprendizagem com o aluno (OLIVEIRA, PETER e MUNIZ, 2019; FERNANDES, BIELEMANN e FASSA, 2018). Portanto, na execução de atividades de educação nutricional em escolas deve haver a ação de forma dinâmica e conjunta, desses dois profissionais, além do envolvimento da família e a comunidade (SILVA *et al.*, 2018; JUZWIAK, CASTRO e BATISTA, 2013; PIETRUSZYNSKI *et al.*, 2010).

Quanto a falta de motivação desses profissionais, alguns estudos ressaltam a falta de infraestrutura, a escassez de recurso humano e financeiro e a dificuldade de trabalhar com alguns componentes da equipe gestora. Estas situações acabam gerando frustrações no ambiente de trabalho, contribuindo para a multiplicação de informações e conhecimento de forma insuficiente e ineficiente (CARVALHO, 2015; ROCHA e FACINA, 2017; JUZWIAK, CASTRO e BATISTA, 2013).

É necessário que haja planejamento das ações em saúde e alimentação e nutrição de forma organizada e continua, apoiada na integralidade e na intersetorialidade (CARVALHO, 2015; ROCHA e FACINA, 2017). Sendo fundamentais para o alcance das atividades propostas de acordo com as necessidades da comunidade com articulação não só dos professores, mas

de todos os membros da comunidade escolar, reforçando a importância da união social nos processos de transformação (CARVALHO, 2015; JUZWIAK; CASTRO e BATISTA, 2013; CAMOZZI *et al.*, 2015).

Cabe destacar, que os escolares da zona rural estão tendo uma alimentação cada vez mais parecida com os da zona urbana (OLIVEIRA; PETER; MUNIZ, 2019). Os alimentos ultraprocessados estão fortemente inseridos na alimentação na fase infantojuvenil, onde o acesso a estes produtos alimentícios na própria escola, em casa e no comércio ao redor consolida esse consumo (BUBOLZ *et al.*, 2018). Observando-se uma mudança no padrão alimentar da população rural, constata-se que os agricultores já não consomem com a mesma frequência os alimentos que produzem, considerados saudáveis, e estão aumentando o consumo de alimentos considerados não-saudáveis (BUBOLZ *et al.*, 2018, FERNANDES, BIELEMANN e FASSA, 2018).

A importância de os professores estarem bem preparados para o desenvolvimento de atividades educativas de saúde e nutrição e alimentação é uma das principais formas para transmitir conhecimento para os escolares, estimulando o senso crítico ao fazer escolhas mais saudáveis. Lembrando ainda, que é nessa fase que as crianças acabam construindo e consolidando seus hábitos de saúde e alimentares (MADRUGA *et al.*, 2012; FALKENBACH, D'AVILA e MELLO, 2017; PIETRUSZYNSKI *et al.*, 2010).

O estudo mostra-se importante devido ao fato de salientar a importância dos professores como possíveis educadores não somente nas próprias disciplinas, mas também como instrumentos de informações nutricionais, buscando uma melhoria na saúde e qualidade de vida de todos estudantes. Dando autonomia para estes escolares quanto a alimentação e nutrição, usufruindo do contato que é mais próximo com o cultivo e produção de uma alimentação in natura na zona rural do que entre os escolares da zona urbana.

Entre as limitações do estudo pode-se salientar a dificuldade de logística por tratar-se de uma pesquisa localizada na zona rural do município e também por ser um censo com todos os professores dessas escolas. Além disso, teve-se um elevado número de perdas devido a uma parte dos profissionais estarem com licenças saúde ou maternidade no momento das entrevistas e horários distintos entre os dias da semana, fazendo com que o acesso presencial a estes profissionais se tornasse ainda mais difícil. Um outro fator que deve ser levado em consideração, foi o número de recusas entre os professores para participar da pesquisa, visto

que estudos como este, de cunho transversal, são realizados para descrever a realidade de um local e auxiliar em possíveis melhorias na área de trabalho. A dificuldade se mostra até mesmo quando os próprios professores se recusam em participar de um estudo que pode nortear possíveis capacitações de saúde, nutrição e alimentação no âmbito escolar.

CONCLUSÃO

Nesse processo de promoção da saúde na escola, profissionais de saúde, de educação, pais, escolares e demais membros da comunidade devem estar integrados no esforço de transformar a escola em um ambiente saudável. Quanto aos professores, é necessário que estes sejam multiplicadores de informações e que estas sejam adequadas, contribuindo para a formação de alunos conscientes e com potencial para hábitos de vida saudáveis. Para tanto é importante melhorar a formação desses profissionais, principalmente com uma formação continuada e garantir que os temas de saúde, alimentação e nutrição sejam inseridos e, além disso, que estes possam contar com o apoio de profissionais qualificados, como nutricionistas, para a ampliação e atualização de seus conhecimentos sobre os temas.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY E. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em tela** 2009. v.2, n.2, p: 1-9. Disponível em: <<http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0209accioly.pdf>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BATISTA, M.A.S.; MONDINI, L.; JAIME, P.C. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014*. **Epidemiol. serv. Saúde**, Brasília, v.26, n. 3, p:569-578, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/jRZhMdZgDsnPVQpbwCVsj8L/?lang=pt>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BERNARDON, R.; SILVA, J.R.M.; CARDOSO, G.T.; MONTEIRO, R.A; AMORIM, N.F.A; SCHMITZ, B.A.; RODRIGUES, M.L.C.F. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Rev nutr.**, Campinas, v.22, n.3, p: 389-398, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000300009&lng=en>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BEZERRA, K.F.; CAPUCHINHO, L.C.F.M.; PINHO, L. Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental. **Demetra**, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p: 119-131, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/13182/12219>> Acesso em 04 de dez. de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947/2009 – PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-legislacao>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Caderno 24. 2009. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

BUBOLZ, C.T.R.; ROMBALDI, A.J; GONZALES, N.G.; AZEVEDO, M.R; MADRUGA, S.W. Consumo alimentar conforme o tipo de alimentação consumida em escolas de zona rural no Sul do Brasil. **Ciênc. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v.23, n.8, p: 2705-2712, 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000802705&lng=pt>. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

CAMOZZI, A.B.Q.; MONEGO, E.T; MENEZES, I.H.C.F.; SILVA, P.O. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?. **Cad saúde colet.**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p: 32-37, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000100032&lng=en>. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

CARVALHO F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25. n.4, p: 1207-1227, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/TTdz6ZMxbV7ft8L9KyxkPyr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

CASEMIRO, J.P.; FONSECA, A.B.C.; SECCO, F.V.M. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. **Ciênc. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v.19 n.3, p: 829-840, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/HKhpbcMjGmyjkhsKgwcx83F/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

COUTO, N.A.; KLEINPAUL, W.V; BORFE, L.; VARGAS, S.C; POHL, H.H.; KRUG, S.B.F. O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul v. 17, n. 4, p: 378-383, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8150>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

DAVANÇO, G.M; TADDEI, J.A.A.C; GAGLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Rev. nutr.**, Campinas, v.17, n.2, p: 177-184, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/7H8fnTp3ZDYhtnzT5dJ5NJM/?lang=pt>> Acesso em 04 de dez. de 2020.

FALKENBACH, D.; D'AVILA, H.F.; MELLO, E.D. Conhecimento, atitudes e práticas de professores de escola primária em nutrição e alimentação **Int J Nutrol.**, Rio de Janeiro, v.11, p: 21-29, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180919/001072670.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

FERNANDES, M.P.; BIELEMANN, R.M.; FASSA, A.G. Fatores associados à qualidade da dieta de moradores da zona rural do Sul do Brasil. **Rev saúde pública**, São Paulo, v. 52 (Supl. 1): 6s, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jxbx84KSCHKzPzHtCDYVbmF/?lang=en>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

JUZWIAK, C.; CASTRO, P.M.; BATISTA, S.H.S.S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc saúde**

Educação em saúde, alimentação e nutrição em escolas
da zona rural de um município do sul do Brasil

colet., v.18, n.4, p:1009-1018, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/WLtmZHHQ4kQNdmDMRW4TnLD/?lang=pt> >. Acesso em 04 de dez. de 2020.

MADRUGA, S.W.; ARAÚJO, C.L.P.; BERTOLDI, A.D.; NEUTZLING, M.B. et al. Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência. **Rev. saúde pública**, São Paulo, v.46, n.2, p. 376-86, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/F3BQcJqxyxmQcxfqVZCj5Zp/?lang=pt> >. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras ci. soc.**, São Paulo, v.16, n.47, p.31-42, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300002&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 04 de dez. de 2020.

OLIVEIRA, R.R.; PETER, N.B.; MUNIZ, L.C. Consumo alimentar segundo grau de processamento entre adolescentes da zona rural de um município do sul do Brasil. **Ciênc saúde colet.**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/consumo-alimentar-segundo-grau-de-processamento-entre-adolescentes-da-zona-rural-de-um-municipio-do-sul-do-brasil/17268?id=17268>>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

PIETRUSZYNSKI, E.B.; ALBIERO, K.A.; POPPER, G.; TEIXEIRA, P.F. Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta. **Teor. Prát. Educ.**, Maringá, v.13, n.2, p: 223-9, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/15348> >. Acesso em 04 de dez. de 2020.

PRADO, B.G.; FORTES, E.N.S.; LOPES, M.A.L.; GUIMARÃES, L.V. Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. **Demetra**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p: 369-382, 2017. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16168/17722>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

ROCHA, A.S.; FACINA, V.B. Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares. **Ciênc educ.**, Bauru, v.23, n.3, p: 691-706, 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000300691&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 04 de dez. de 2020.

SANTOS, F.D.R.; VITOLA, C.B.; ARRIEIRA, I.C.O.; CHAGAS, M.C.S.; GOMES, G.C.; PEREIRA, F.W. Ações de enfermeiros e professores na prevenção e no combate à obesidade infantil. **Rev Rene**, Fortaleza, v.15, n.3, p:463-470, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324031781011>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

SILVA, D.F.S.; GARCIA, R.N. Investigações a respeito do conhecimento e abordagem sobre alimentação e nutrição por professores de ciências do ensino fundamental II na cidade de Petrolina – PE. **Experiências em Ensino de Ciências**, v.13 n.2, p: 80-103, 2018. Disponível em: <https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID483/v13_n2_a2018.pdf >. Acesso em 04 de dez. de 2020.

SILVA, S.U.; MONEGO, E.T.; SOUSA, L.M.; ALMEIDA, G.M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. saúde colet.**, Rio de Janeiro v. 23, n.8, p: 2671-2681, 2018. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt> >. Acesso em 04 de dez. de 2020.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).